

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO****ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às 9:30 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP- PREVCOM, por videoconferência. Participaram os Conselheiros José Roberto de Moraes, Ana Paula Garcia Romero, César Silva, José Francisco Dutra da Silva, Mauro Ricardo Machado Costa e Roberto Figueiredo Guimarães, titulares, Fernando Zanelli, Márcio Cury Abumussi, Elaine Versignasi dos Santos e Luiz Antônio Tozi, suplentes. Pela Diretoria Executiva, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Karina Damião Hirano, Patrícia Sales de Oliveira Costa, Karina Marçon Spechoto Leite e Flávia Nazaré de Souza Barletta, Diretoras, Paulo Roberto da Rosa e Roberto Pitaguari Germanos Assessores e Joseane da Silva Prado, Assistente. Na abertura da reunião o Presidente do Conselho deu as boas-vindas a todos e na sequência, submeteu à aprovação a ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade. Seguindo os itens da pauta, passou a palavra ao Diretor-Presidente que iniciou comentando sobre as premissas básicas que embasaram a Diretoria Executiva na formatação da proposta orçamentária para 2022, já apresentada e discutida com os relatores. Sucintamente apresentou o relatório de mercado BACEN/FOCUS com os índices PIB, SELIC, IPCA e Juro Real previstos até 2024, enfatizando que a meta do BACEN prevê um Juro Real de longo prazo de até 3%. Também comentou sobre a evolução do IBOVESPA e a variação do Dólar. Considerando o exposto, a proposta inicial da Diretoria Executiva é manter os parâmetros financeiros de 2021, tendo como objetivo de rentabilidade IPCA+4%, taxa de carregamento de 0%, taxa de administração de 1% a.a. e pró-labore da seguradora de 25%. Quanto às adesões, em função das proibições legais que vedam o ingresso de novos participantes nos planos PREVCOM RG e PREVCOM RG UNIS, propõe que sejam desconsiderados para o efeito de receitas, computando-se apenas o ingresso dos planos de novos entes, estimando-se uma adesão de 25% do total de 64 municípios. Na composição das despesas, citou: i) despesas de pessoal, incluindo-se proposta de recomposição salarial pelo índice da inflação, reajustes do Vale Alimentação e Vale Refeição e a possibilidade

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo



CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO****ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

de aumento do quadro de empregados; ii) despesas com os serviços de terceiros, destacando a manutenção dos contratos vigentes com as consultorias, com aplicação de reajuste quando cabível; iii) despesas na área de tecnologia da informação, além da manutenção dos contratos vigentes e aplicação de reajustes quando cabível, a contratação de novos projetos *outsourcing* de TI, novo sistema corporativo com independência entre o administrativo, o previdencial e o de investimentos, novo projeto digital da Prevcom, projeto da segurança da informação em continuidade ao LGPD e de uma plataforma de integração de sistemas e aplicativos; iv) despesas de comunicações, com a manutenção dos contratos vigentes na gestão e planejamento estratégico e nas comunicações, com a inclusão de *marketing* digital para a continuidade do nosso projeto digital; v) despesas de aluguel e condomínio, manutenção do contrato de locação até maio/2022. O objetivo é a redução de até 50% do valor pago atualmente, migrando para a estrutura de *coworking* ou reduzindo de cinco para 2 andares a ocupação no prédio atual. A proposta final será apresentada para discussão na próxima reunião do colegiado. O Conselheiro José Dutra, solicitando a palavra, comentou que, considerando que a Fundação migrou para um sistema de trabalho híbrido, parte presencial e parte em *home office*, entende oportuno rediscutir-se uma ajuda de custo aos empregados. O Conselheiro Mauro Ricardo manifestou-se no sentido de que a Fundação deve discutir o assunto com base na orientação geral do Governo do Estado para com os demais órgãos, uma vez que a Fundação faz parte dessa estrutura. Complementou dizendo que qualquer deliberação em desacordo com os procedimentos adotados pelo Governo, emanados de decretos recentemente editados poderá resultar em responsabilidade da administração e eventualmente do Conselho Deliberativo. O Conselheiro Roberto Guimarães endossou a sugestão e orientação do Conselheiro Mauro Ricardo. O Presidente do Conselho manifestou-se no sentido de analisar se a sugestão de concessão de ajuda de custo voltará a constar da pauta da próxima reunião para rediscussão pelo colegiado. Dando continuidade, passou-se a discussão do item seguinte da pauta que trata da proposta de prorrogação do prazo de entrega da

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO****ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

certificação pelos membros dos Comitês Gestores, por até 120 dias. Após discussão, o colegiado deliberou no sentido de conceder a prorrogação solicitada, aos membros dos Comitês Gestores. Seguindo, o Presidente do Conselho apresentou proposta de ressarcimento, pela Fundação, das despesas decorrentes do processo de certificação, inclusive dos cursos preparatórios para a prova de certificação. Durante a discussão do assunto pelo colegiado, o Diretor-Presidente solicitando a palavra, sugeriu que, se houver interesse, a Fundação poderá buscar no mercado, um curso “*in company*”, visando à preparação do candidato às provas. O Conselheiro Mauro Ricardo entendeu oportuna a sugestão. O Conselheiro José Dutra, comentou que, por experiência vivenciada recentemente, o conteúdo das provas da ANBIMA é direcionado à área de investimentos enquanto que as do ICSS abrangem vários módulos de conhecimento específico. Quanto ao custeio das despesas de preparação às provas, por parte da Fundação, disse que até a presente data o custo era de responsabilidade do candidato interessado. Entretanto, entende que o colegiado poderá aprovar a proposta de que, doravante, a Fundação passe a custear todas as despesas referentes ao processo de certificação, inclusive a dos cursos preparatórios. Após discussão, a proposta submetida ao colegiado, teve aprovação unânime. Na sequência, o Presidente do Conselho passou a palavra ao Diretor-Presidente que iniciou com as informações relevantes da Diretoria Executiva, passando a demonstrar o número de participantes, posição agosto/2021, destacando sensível redução, se comparado a julho/21. Ainda, apresentou a variação mensal e anual, por planos, comparativo com dezembro/2020 e a quantidade de aposentados e pensionistas. Demonstrou, ainda, a atuação da PREVCOM no país, falando sobre os planos já existentes, citando a capital São Paulo, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e o Estado do Pará. Ainda, em tratativas, com os estados do Acre, Goiás e Maranhão, bem como a previsão de novos ingressos no Plano Multipatrocinado. Seguindo, comentou sobre a arrecadação que está próxima de 20 milhões mensais e a transferência de cerca de 18 milhões para o fundo previdenciário. Na sequência a Diretora Flávia passou a comentar sobre o relatório da Diretoria de

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO****ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Investimentos, demonstrando a rentabilidade da carteira acumulada no ano, comparada aos índices IPCA+4%, CDI, IPCA e Poupança. Comentou que, se analisada desde o início, a rentabilidade da carteira foi de 152,14%, superior ao alvo de IPCA+4%, de 139,55%. No acumulado do ano, posição de 31.08.21, a carteira rendeu 7%, ficando abaixo da meta de 8,47%. Finalizou apresentando composição da carteira, por segmento, tipos de fundos, valores e percentuais, bem como a movimentação no mês. Seguindo os itens da pauta, a Diretora Karina Hirano, passou a discorrer sobre os itens em andamento e concluídos, citados no Plano de Ação, atualizando o status de cada um. No processo de governança, informou que a implantação do projeto de adequação da estrutura sugerida pela Fundação Getúlio Vargas, está na dependência de autorização da Secretaria de Governo. Quanto a prática de garantia de conformidade externa, referente a parametrização de sistema para informações aos COAF, a área de seguridade, juntamente com a empresa MJDS, está finalizando a implementação de sistema que passará a ser adotado em substituição ao controle manual hoje praticado. Nas práticas de Gestão, destacou: i) digitalização dos documentos em local adequado e isolado, com sua conclusão prevista para agosto/2022; ii) frequência de rotina de backup de documentos, que está sendo realizado diariamente; iii) registro de saídas de documentos arquivados feito continuamente, pelo sistema de fluxo de documentos; iv) definição de responsabilidade pelos arquivos de documentos, atualmente sob a responsabilidade de funcionários da TI, indicados para a gestão dos documentos; v) adequação da infraestrutura do arquivo físico, cuja conclusão está prevista para julho/2022. Nos processos concluídos, citou o encaminhamento ao COAUD do relatório elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Quanto ao estabelecimento de processo formal definindo uma política para revisão dos perfis de acessos, solicitado pela Auditoria Externa, já foi concluído e com o treinamento realizado e inserida nas políticas da Fundação. Referente aos controles de processos e controles de contingências judiciais, já foram finalizados e também contemplados nas políticas da Fundação. O Conselheiro Mauro Ricardo parabenizou a Diretoria e colaboradores pelo empenho na conclusão dos

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo



CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO****ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

processos, manifestação endossada pelos demais Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, e eu, Cesar Gnoatto, secretário, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos membros titulares presentes.

DocuSigned by:
José Roberto de Moraes
73DDC19AA2D9401...
José Roberto de Moraes
Presidente

DocuSigned by:
Ana Paula Garcia Romero
F2E1704BD88C494...
Ana Paula Garcia Romero
Conselheira

DocuSigned by:

2D0AAC58DB3E43D...
Cesar Silva
Conselheiro

DocuSigned by:
José Francisco Dutra da Silva
4DDF9B892F3448C...
José Francisco Dutra da Silva
Conselheiro

DocuSigned by:
Mauro Ricardo Machado Costa
04B704B93EC34C4...
Mauro Ricardo Machado Costa
Conselheiro

DocuSigned by:
Roberto Figueiredo Guimarães
6EAE396AB6AE4D8...
Roberto Figueiredo Guimarães
Conselheiro

DocuSigned by:

145FCC73A8D7425...
Cesar Gnoatto
Secretário